

«O acrescentamento de nossa Santa Fé»:

As ordens religiosas no Brasil Colonial

Paulo de Assunção*

No achamento do Brasil

Um dos primeiros relatos sobre as Terras de Santa Cruz, a *Carta de Achamento de Pero Vaz de Caminha*, permite-nos vislumbrar o primeiro contacto dos navegantes portugueses com a terra e com os nativos. O discurso de Caminha ressaltou a grandiosidade e as qualidades da terra, a interacção com os índios e as primeiras práticas religiosas.

No registo feito por Pêro Vaz de Caminha, no domingo de Pascoela pela manhã, foi celebrada a primeira missa. O local escolhido era um ilhéu, onde foi erguido um altar, muito bem arranjado, para que o Frei Henrique de Coimbra presidisse ao ofício, assistido por outros padres e sacerdotes. A pregação do religioso foi sobre a História do Evangelho e do achamento da terra, «conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência vimos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção»¹.

Na esquadra de Pedro Álvares Cabral seguiam religiosos para a Índia. Entre eles, o franciscano Frei Henrique de Coimbra e sete frades mendicantes². Este foi responsável pela celebração da primeira missa em 26 de Abril de 1500, baptismo católico das terras brasileiras e primeira acção de uma ordem religiosa.

No dia primeiro de Maio, sexta-feira, os portugueses realizaram mais um ritual, a chantadura da cruz. O local foi

¹ Pero Vaz Caminha, *A Certidão de nascimento do Brasil – A Carta do Descobrimento do Brasil*, São Paulo, Museu Paulista, 1975, fl. 5, v. 18-22.

² Frei Henrique de Coimbra posteriormente foi Bispo de Ceuta. Os sacerdotes que seguiam com Frei Henrique Coimbra eram: Frei Simão de Guimarães, Frei Gaspar, Frei Luís Salvador, Frei Francisco da Cruz, Frei Masseu, Frei Pedro Neto e Frei João da Vitória. Ver Fr. Fernando da Soledade, *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, I, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão, 1721, pp. 489-90.

* Vice-Reitor da Universidade da Arquidiocese de São Paulo (UNIFAD); e co-coordenador do *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*.

escolhido e com o esforço conjunto, inclusive de aborígenes, a cruz foi fincada no chão, com as armas e a divisa de Portugal. Novamente Frei Henrique de Coimbra celebrou missa cantada. Ao terminar a pregação, o religioso recebeu crucifixos de estanho das mãos de Nicolau Coelho para distribuir pelos índios. «O padre Frei Henrique se assentou ao pé da cruz e ali, um por um, lançava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos»³.

³ Pero Vaz Caminha, *A Certidão de nascimento do Brasil*, fl. 12v, v. 25-26.

Pêro Vaz de Caminha concluiu a missiva apresentando qual seria o melhor fruto da acção dos portugueses:

que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria, quanto mais disposição para se cumprir nela e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, ou seja: o acrescentamento de nossa Santa Fé⁴.

⁴ *Ibidem*, fl. 13v, v. 24-30.

Nos anos subseqüentes à descoberta, as expedições exploratórias fazem o reconhecimento do território, sem efectivarem a ocupação. As feitorias, base das trocas comerciais, pontilham o litoral. De forma irregular temos a presença religiosa. Nesta fase, entre 1503 e 1505 e na década de trinta, fazem-se presentes os religiosos da Ordem Franciscana. Todavia, nenhuma das investidas promoveu o resultado esperado.

Transformações em Portugal

Concomitante ao movimento de expansão marítima, Portugal passava por transformações profundas no âmbito religioso. Os reis portugueses procuraram resgatar a autoridade espiritual do cristianismo, colocando-a ao seu serviço. O objectivo era pôr fim à verdadeira *babílonia* religiosa em que se tornara Lisboa no século XV. O passo marcante nesse sentido foi o estabelecimento da Inquisição em Portugal a 23 de Maio de 1536 pelo Papa Paulo III, com aquiescência do próprio D. João III, que permitiu a acção dos tribunais da Inquisição em Évora, Lisboa e Coimbra.

Esta reordenação estrutural visava atender à política centralizadora da coroa lusitana bem como aos crescentes interesses expansionistas. Luís Filipe Barreto ao analisar a conjuntura das descobertas portuguesas ressalta que Portugal assumiu um importante papel na cristianização do mundo:

A faceta de universal cristianização concede a Portugal um estatuto religioso e positivo singular, porque é, ao mesmo tempo, o único europeu-cristão mundializado e o único exemplar positivo europeu, porque preocupado com o essencial da Europa, que é a vitória do cristianismo⁵.

⁵ Luís Filipe Barreto, *Os descobrimentos e a Ordem do Saber*, Lisboa, Gradiva, 1987, p. 39.

Portugal, identificando-se com o guardião da cristandade, via as suas conquistas permeadas por uma tradição de reconquista árabe. O ideal de cruzada mantinha-se em dois níveis: o temporal que entendia a colonização como decorrência de um Estado guerreiro; e o religioso, representado pelo jesuíta, para o qual a conversão era a luta contra os inimigos da fé⁶.

⁶ *Ibidem*, p. 32.

A expansão marítima portuguesa tinha-se realizado de maneira deficitária, agravando-se com a necessidade de manter as exigências de manutenção, funcionamento e defesa dos domínios portugueses. Novos investimentos para a construção de guarnições militares e armadas tornaram-se cada vez mais inviáveis, pois diminuía de maneira acentuada os lucros das empresas comerciais, mola mestra do mercantilismo.

Tornou-se impossível manter o monopólio do comércio indiano, devido às debilidades financeiras internas e às investidas constantes de outras nações europeias no caminho do comércio com as Índias. Esta última situação provocou uma oferta abundante dos produtos orientais no mercado europeu e, conseqüentemente, uma queda dos preços das especiarias, atingindo a base de sustentação da coroa portuguesa.

A colonização do Brasil

A ruína das finanças portuguesas, causada pelo endividamento crescente, bem como a incapacidade da coroa portuguesa se adequar às novas estruturas sociais e económicas, levaram a

⁷ Sérgio Buarque Holanda, *A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial*, tomo I, São Paulo, Difel, 1976, pp. 89-103.

nação lusa a buscar novas soluções, dentre as quais, a colonização do Brasil que se apresentava como uma proposta viável, uma vez que a colônia poderia oferecer lucros idênticos aos proporcionados pelas colônias espanholas da América ⁷.

O receio de perder a colônia brasileira para outras nações europeias também foi outro motivo que fez que Portugal revisse os seus projectos para a América. Cartas vindas da colônia americana já apontavam para as investidas francesas nas terras coloniais. Piratas roubavam os habitantes locais e ameaçavam a conquista americana pelos colonos portugueses. Luís Góes, morador da Vila de Santos (São Paulo), temeroso em relação à sua própria sobrevivência e dos demais moradores da povoação, solicitava a ajuda do rei D. João III, em meados de 1548, arguindo que mesmo que a população da cidade perdesse as suas vidas, o rei perderia muito mais, pois os franceses avançariam pelas outras capitanias portuguesas ⁸. Outro argumento utilizado para convencer o rei era que se a posse da Vila de Santos não merecesse a atenção do monarca, ele deveria antever que a posse da Ilha de Santa Helena, «para-gens em que por força as naus da Índia vão ter», significaria a ameaça directa à base de sustentação da coroa.

⁸ «Carta de Luís de Góes, escripta da Villa de Santos a El-Rei D. João III, pedindo-lhe que socorresse urgentemente as capitanias e o litoral do Brasil, para que a Coroa Portuguesa não perdesse esta sua conquista americana», de 12 de Maio de 1548, in *Documentos Interessantes XLVIII*, São Paulo, Governo do estado de São Paulo, 1929.

A nova conjuntura sinalizava para o facto que era importante conquistar e ocupar as terras coloniais, para não as perder, mas para isto era necessário empregá-las produtivamente, ou seja, colonizá-las, sem gastos elevados para a metrópole na ocupação do território colonial e, se possível, por risco e conta daqueles que se aventurassem a tal empreitada. A expansão atlântica tivera motivos económicos e religiosos e a sua preservação era necessária. Por conseguinte, a união de esforços entre o Estado e a Igreja fazia-se importante para manter os interesses exploratórios e comerciais como também os da expansão da fé.

Nova política administrativa

As capitanias hereditárias, primeiro modelo encontrado para garantir as possessões portuguesas, não surtiram os efeitos

desejados. A estrutura económica açucareira organizou-se de maneira a propiciar a máxima rentabilidade, de forma tal que viesse a compensar os investimentos iniciais. Para a efectivação deste plano, adoptou-se o regime de grandes propriedades de monoculturas e escravistas, produtoras em larga escala de açúcar destinado aos mercados externos⁹.

Contudo, o planeamento administrativo e político da colónia portuguesa era deficiente, reflectindo o desinteresse económico dos primeiros anos. A distância que separava a colónia da metrópole, aliada ao despreparo dos funcionários da coroa, e o isolamento das capitanias entre si tornaram inócuas quanto à colonização as acções e o modelo de administração de capitanias hereditárias.

Em face do malogro das capitanias hereditárias, a monarquia redireccionou a política de administração da colónia com a criação do Governo-geral que não substituiu as capitanias, mas sobrepunha-se a elas. A criação do Governo-geral respondia então aos interesses básicos da coroa que eram: incentivar o desenvolvimento da economia açucareira e do tráfico de escravos; estabelecer povoamento para defesa do território, para que o desenvolvimento económico vingasse.

A vinda de ordens religiosas para o Brasil, entre elas os jesuítas, coincide e é parte integrante do novo direccionamento da política económica e administrativa portuguesa nas terras brasileiras. A economia açucareira era um elemento motivador para que tal acção fosse tomada, despontando como actividade altamente lucrativa. O sistema de produção regular, a fim de atender um mercado europeu em crescimento, justificava e exigia uma política mais pragmática quanto às terras ainda devolutas no Novo Mundo. A ocupação e o desenvolvimento da economia da cana-de-açúcar acenava para a realeza lusa como uma fonte de recursos certa e atractiva para um reino em crise. Priorizando o lucro, a actividade produtiva apresentava-se concentrada numa região geográfica e nas mãos de uma classe que a custos baixos proporcionaria riquezas ao monarca e aos comerciantes lusitanos.

⁹ Sobre o assunto, ver Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1989.

A exploração da cana-de-açúcar, voltada e atrelada aos interesses do comércio europeu, foi o fio condutor e norteador do processo de ocupação do território, que atenderia de maneira satisfatória aos interesses mercantis da coroa portuguesa e da classe mercantil que a apoiava. O projecto de colonização trouxe consigo um processo de ocupação do território no qual o elemento religioso foi chave na legitimação da posse da terra, pois colonizar significava cristianizar. Inicia-se assim o que Pêro Vaz de Caminha intencionara na sua carta, o projecto de salvação da gente nativa e o acrescentamento da Santa Fé.

1. Jesuítas

A Companhia de Jesus foi a primeira ordem religiosa a estabelecer-se de forma estruturada pelas terras coloniais brasileiras e a que marcou profundamente a educação e a cultura colonial. A expansão e a actuação da Companhia na Europa havia sido ascendente e rapidamente se espalhou, principalmente após a eleição de Inácio de Loyola como Geral da Companhia, em 13 de Abril de 1541, data em que se consolida o início oficial da organização.

Apoio da Coroa portuguesa

Portugal foi uma das nações onde a ordem floresceu com maior intensidade, impulsionada pelo monarca português D. João III. O objectivo da acção jesuítica em Portugal e nas colónias portuguesas foi destacado pelo Dr. Diogo de Gouveia que aconselhou o rei português a solicitar a presença dos jesuítas pela necessidade que o reino tinha de letrados para converterem as terras descobertas¹⁰. O voto de obediência ao papa e a intenção dos jesuítas em converter infiéis nas terras longínquas, bem como o prestígio e admiração dos fiéis, pelo seu desprendimento material e sua abnegação, levaram o monarca português a aceitar os conselhos do Dr. Diogo de Gouveia¹¹.

¹⁰ «Carta do Doutor Diogo de Gouveia [o velho] a D. João III Rei de Portugal», in Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. I, Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/INL, 1938, p. 95.

¹¹ José S. da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 194.

O suporte material e financeiro, fornecidos pela coroa, para as despesas que os inacianos tivessem com locomoção, assim como aquelas referentes à manutenção destes em terras portuguesas e nas colónias de além-mar, selariam uma união que almejava atender interesses temporais e espirituais que se manteriam durante os séculos XVII e XVIII e marcariam de forma pronunciada a vida colonial brasileira e a forma de estimular e manter outras ordens religiosas que efectuariam as suas bases na América Portuguesa.

A colonização das terras brasileiras foi guiada pelo espírito missionário. O rei português concedeu poderes amplos a diversas ordens religiosas para que estas fossem responsáveis pela condução dos negócios espirituais. O favorecimento dos jesuítas nas terras brasileiras começou logo após a instalação do Governo-geral por Tomé de Souza em 1549¹². A carência de alimentos fez que os religiosos reivindicassem e obtivessem terras para se manterem, tendo alcançado, posteriormente, outros privilégios. A justificativa para a conquista destas regalias era a necessidade de dar impulso à doutrinação indígena e pôr em execução o projecto colonial, do qual o inaciano era a mola propulsora. A garantia de subsistência foi mantida e ampliada, bem como a diversidade de bens fornecidos¹³.

As difíceis condições para a sobrevivência numa terra onde as doações eram escassas possibilitaram aos religiosos conseguirem a esmola de três escravos da ilha de São Tomé, para ajuda nas actividades da casa e cultivo das roças¹⁴. Estes registos coincidiram com aqueles feitos pelos missionários de outras ordens religiosas que enfrentariam a seu tempo os problemas iniciais do estabelecimento temporal das suas missões.

Ao realizar a conversão espiritual, os jesuítas ordenavam o espírito indígena e a sociedade colonial. Cabia ao rei favorecer-los para que pudessem pôr em execução o projecto catequético de conversão, controlando e evitando desvios. O afinco com que os missionários se dedicavam ao ideal religioso era registado nas suas missivas, permitindo o reconhecimento do êxito das suas acções no decorrer do século XVI.

¹² A província do Brasil foi criada em 1553 e a do Maranhão em 1727.

¹³ Ver a Carta Régia ao governador Mem de Sá mandando confirmar todas as terras doadas aos colégios da Companhia de Jesus no Brasil, de 11 de Novembro de 1567. Carta dos Primeiros Jesuítas (*CPJB*), vol. IV, p. 420.

¹⁴ *CPJB*, vol. I, pp. 350-351.

D. João III escreveu a Duarte da Costa, no ano de 1554, exteriorizando o desejo de beneficiá-los, entendendo que obtinham grandes resultados. Para o rei, os religiosos demonstravam pela doutrina, pela virtude, pelo bom exemplo em defesa da fé católica e da salvação das almas um serviço inestimável¹⁵. As concessões feitas aos jesuítas alocados na colônia eram o reconhecimento aos serviços prestados à coroa, além de constituírem um desdobramento da política da Companhia na metrópole que tanto favorecia a Ordem.

¹⁵ *CPJB*, vol. II, p. 36.

Privilégios económicos das Ordens

O mútuo interesse entre o Estado e a Igreja, e por decorrência das ordens religiosas, ficava consubstanciado no padroado. Por conseguinte, as ordens religiosas procuraram o amparo em actos legalmente instituídos, como a cobrança de dízimos e os favores do tesouro real, para que pudessem trabalhar proficuamente na missão de pregadores e defensores da fé católica¹⁶. A prática missionária aproximava-se dos interesses da colonização e tinha objectivo particular: a conversão das almas, o ensino e o controle da fé, elementos fundamentais para a consolidação do poder monárquico e da expansão do catolicismo.

¹⁶ As dotações reais seguem um ritmo considerável após 1564, quando ocorre a dotação do Colégio da Baía. Ver *CPJB*, vol. IV, pp. 100-106 e 446-452.

A conquista de subsídios régios, alvarás de mantimentos, resgate de escravos, isenções de impostos, entre outros actos, foram comuns no decorrer do período colonial no sentido de lançar as bases para que as ordens religiosas pudessem actuar nas diversas localidades onde se instalavam. Estas conquistavam isenções de impostos sobre os produtos que circulavam na alfândega entre a Metrópole e as colónias ultramarinas, garantindo com isto que os produtos necessários lhes chegassem dos mais diversos pontos do império português, para sua manutenção. O não pagamento de impostos permitia-lhes obter insumos ou enviá-los com valores mais baixos do que aqueles praticados pelo mercado comum, conseguindo assim uma situação ideal para o equilíbrio financeiro das ordens religiosas.

O serviço prestimoso quanto à conversão do gentio e os relatórios e cartas enviadas a Portugal, dando conta dos ataques dos inimigos hereges que ameaçavam as conquistas ultramarinas portuguesas, bem como o temor da propagação do ideário protestante, reforçava a necessidade da presença religiosa e o seu favorecimento nas terras coloniais, visando confirmar a presença portuguesa no Novo Mundo¹⁷.

Os serviços nas partes do Brasil pelos padres da Companhia, como a conversão e protecção do gentio, ensino da doutrina aos convertidos, benefícios espirituais aos moradores da América Portuguesa e também as despesas com a subsistência e investimentos nas casas e nos colégios seriam ampliados no decorrer dos séculos¹⁸.

Fundações jesuítas no Brasil

Na *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, elaborada por comissão do padre visitador Cristóvão de Gouvêa, em 16 de Outubro de 1585, o P. Fernão Cardim descreveu com particularidades todas as etapas da visita que fizera à terra dos brasis¹⁹. Elaborando um registo minucioso sobre a localização da Bahia, o religioso nota que a terra era farta de mantimentos, carnes, e engenhos que produziam o melhor açúcar, além de possuir uma diversidade de madeiras «de páus de cheiro, de várias cores, de grande preço». Com olhar atento, caracteriza as instalações prediais, as fontes de água e de alimentos, os paramentos e a decoração da igreja, demonstrando um encantamento com a flora dos trópicos, em especial os seus frutos e legumes, um verdadeiro jardim à beira mar. O Colégio tinha ainda renda em dinheiro e terras, de onde obtinham mantimentos, «carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos»²⁰.

Sem dúvida, o Colégio jesuíta da Bahia era uma das fundações mais prósperas, pois recebera a sesmaria da Água dos Meninos, metade da terça de Diogo Álvares Caramuru, as terras do Camamu, do Passé, casa de aluguel, além de outros

¹⁷ Jorge Couto, *A construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 255.

¹⁸ No contexto colonial, podemos identificar a existência de leis que tratam da liberdade dos índios que datam dos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, 1655, 1680, 1755 (sendo que esta última confirmava as anteriores no seu preâmbulo).

¹⁹ Serafim Leite, *op. cit.*, vol. VIII, pp. 132-133.

²⁰ Fernão Cardim, *Tratados da Terra e gente do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp. 175-176.

lotes de terras comprados ou recebidos por meio de doação de particulares, além do padrão da fundação do colégio feito por D. Sebastião²¹.

²¹ Serafim Leite, *op. cit.*, vol. I, pp. 151-155.

Na continuidade da viagem, os padres visitaram Ilhéus, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo e todos os colégios, casas e terras pertencentes aos jesuítas foram descritos por uma grande produção de frutas, vegetais, criação de animais, pescado, vivendo os religiosos de forma cómoda e, segundo ele, no caso do Espírito Santo, muito bem providos com esmolos. A situação era extremamente favorável no Rio de Janeiro onde, com pouco dinheiro, era fácil suprir a casa, declarando ele não saber qual seria o melhor provido, «se o refeitório de Coimbra se este, e não me sei determinar»²².

²² Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 207-211.

Para realizar a catequização dos indígenas, os jesuítas entendiam ser necessário ensinar-lhes a leitura e a escrita. O trabalho missionário impunha o conhecimento da língua tupi. Logo nos primeiros anos teve início a tradução de orações e catecismos para auxiliar na catequização. Os estudos, realizados pelos padres, permitiram a elaboração de obras importantes como a *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, elaborada pelo P. José de Anchieta, publicado em Coimbra em 1595, e a *Arte da língua Brasilica* do P. Luís Figueira impressa em Lisboa em 1621.

Como parte do processo de cristianização, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino, escolas de ler e escrever, de contar e doutrinar. Estas escolas atendiam aos curumins e aos filhos dos colonos ensinando as primeiras letras, as operações aritméticas, o catecismo, a música, a dança e o teatro. Posteriormente, este trabalho era feito com os escravos das fazendas que a Companhia de Jesus possuiu no Brasil. O ensino jesuítico era marcado pelo comportamento rígido e organizado, desempenhando um papel importante para a educação brasileira, tendo em vista o governo português não possuir nenhum projecto de estímulo ao desenvolvimento educacional nas suas colónias.

2. Beneditinos

Os beneditinos foram a segunda ordem a estabelecer-se de maneira estruturada, depois dos jesuítas. No reinado de D. Sebastião, os Padres Capitulares, no Mosteiro de Tibães, mostraram-se dispostos a colaborar com a evangelização das terras do ultramar. Em 1575, aportou em Salvador Frei Pedro de S. Bento Ferraz que foi o responsável escolhido para estudar a viabilidade do estabelecimento da ordem nas terras brasileiras. Na sua estada conseguiu a doação de terras e da ermida de São Sebastião. O monge retornou a Portugal e solicitou mais companheiros para fundarem mosteiros.

Em 1581, os monges beneditinos chegaram ao Brasil liderados por Frei António Ventura do Latrão. Erigiram no ano seguinte, em Salvador, o Mosteiro de São Sebastião, o primeiro mosteiro da América, que foi elevado a abadia em 1584. Nos anos subseqüentes, os religiosos fundaram outros mosteiros dispersando-se pelo norte e sul do território. Depois de 1586, fundaram o mosteiro de Olinda, no ano de 1593 era a vez do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat, no Rio de Janeiro. Em 1596 era erguido outro mosteiro na Paraíba e dois anos mais tarde o Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo²³. A actuação dos religiosos foi ascendente, o que permitiu, a partir de 1596, a formação da Província Beneditina do Brasil, dependente da Congregação de Portugal. Beneficiados por doações de terras e favorecimentos, os beneditinos ampliaram a sua actuação no âmbito monástico.

Sob o preceito do *ora et labora* os monges beneditinos ampliaram a sua actuação, orando e trabalhando. No decorrer da fase colonial, os monges demonstraram apreço pelas letras e artes liberais, e mesmo em número reduzido tiveram grande acção. Alguns destacaram-se na arquitectura e na pintura, deixando exemplos de construções e peças de arte sacra importantes da fase colonial. Os beneditinos envolveram-se menos em disputas e questões políticas com os colonos. No que tange à questão da liberdade dos índios e o conflito dos

²³ Jose Lohr Endres, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Província*, Salvador, Beneditina, [s.d.], p. 128.

²⁴ Afonso de Taunay, *Historia Antiga da Abadia de São Paulo (1598-1772)*, São Paulo, Tipografia Ideal, 1927, p. 47.

colonos de São Paulo, preferiram agir com ponderação²⁴. Actuaram em missões de catequização e desenvolveram casas de estudos superiores na Bahia que os projectou.

Em 22 de Julho de 1664 e 28 de Agosto de 1665, os abades do Mosteiro da Bahia e de Pernambuco, Freis Diogo Range e Inácio da Purificação, solicitaram ao Papa a independência da Província de São Bento no Brasil.

No decorrer do século XVIII, os beneditinos tiveram grandes trabalhos na manutenção das suas propriedades para garantir o sustento dos seus religiosos. Fazendas abasteciam os mosteiros que também eram responsáveis pela pequena produção que era consumida e vendida à população. Estas actividades não impediram que houvesse o reconhecimento da ordem, com sua vida monástica, na expansão da fé cristã.

3. Franciscanos

Apesar da presença franciscana ser a primeira em terras brasileiras, com a expedição de Pedro Álvares Cabral, em 22 de Abril de 1500, somente no final do século XVI é que os franciscanos se organizaram para actividade missionária. Deve-se ressaltar que tentativas frustradas foram empreendidas por estes frades de forma isolada. Em 1577, Frei Álvaro da Purificação tentou sem sucesso estabelecer a Ordem Seráfica na colónia brasileira.

A Custódia

Em 1584, o Governador de Pernambuco, Jorge Albuquerque Coelho, solicitou ao Ministro Geral da Ordem, Frei Francisco Gonzaga, a criação de uma Custódia Franciscana no Brasil, tendo como sede Pernambuco, ficando sob a dependência da Província Portuguesa de Santo António dos Currais, sendo nomeado para o cargo Frei Melquior de Santa Catarina Vasconcelos. O monarca português, por alvará de 12 de Outubro de 1584, determinou que fossem dadas aos religiosos as ordi-

nárias, que consistiam nos seguintes recursos: um quintal de farinha, outro de azeite, duas arrobas de cera e uma pipa de vinho²⁵.

Os religiosos nomeados para a Custódia chegaram ao Brasil em 12 de Abril de 1585, tendo como objectivo a actuação missionária junto aos índios e a actividade pastoral entre os colonos, formando o Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda. Na medida em que a colonização avançou para regiões do norte e do sul das terras coloniais portuguesas, os franciscanos acompanharam o movimento.

Favorecidos pelos monarcas filipinos expandiram-se rapidamente pelo território. Entre 1587 e 1647 são criados vários conventos no norte e sul da colónia, a fim de darem encaminhamento aos trabalhos missionários e a difusão do espírito de pobreza²⁶.

Em 1617, chegou a primeira missão Franciscana para actuar na Amazónia. Os missionários Freis Cristóvão de São José, Frei Felipe de São Boaventura, Frei António de Marciana e Frei Sebastião do Rosário chegaram ao Maranhão, dando início a um trabalho profícuo²⁷. Sediados no Maranhão e Belém, os religiosos procuraram interagir com os colonos e tupinambás a fim de amenizar os conflitos, ao mesmo tempo em que se dedicavam à catequese e à educação. A fundação da *Propaganda Fide* pelo Papa Gregório XV, em 1622 – tendo como objectivos: difundir a fé católica pelo mundo, (em especial nas áreas onde ela não era conhecida) e defender o património da fé onde ele fosse questionado – acabou por organizar toda a actividade missionária da Igreja, dando novo impulso à actividade dos franciscanos.

Províncias

O êxito dos franciscanos frente aos colonos e índios, devido principalmente ao ideal de pobreza de São Francisco de Assis, permitiu que em 1647 a Custódia se tornasse independente da Província Portuguesa e passasse à categoria com o nome de Província Franciscana de Santo António²⁸.

²⁵ Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil – origem e desenvolvimento (século XVI)*, Santa Maria, Pallotti, 1981, p. 233.

²⁶ Os conventos criados foram o da Bahia (1587), Paraíba (1589), Vitória (1591), Rio de Janeiro, Recife e Ipojuca (1606), Sergipe (1629), Sirinhaém (1630), Santos e São Paulo (1639).

²⁷ Os primeiros missionários foram: Frei Felipe de São Boaventura, Frei Sebastião do Rosário, Frei Cristóvão de São José e Frei António de Merciana.

²⁸ O papa Alexandre VII elevou à Custódia a categoria de Província em 24 de Agosto de 1657.

A necessidade de atendimento aos colonos e a vastidão das terras coloniais fizeram que rapidamente os conventos se multiplicassem, na medida em que doações de terras e favoremimentos cresciam²⁹. Em 1659, visando a uma melhor administração e actuação missionária, os conventos situados ao sul do território foram desmembrados da Província, dando origem a Custódia da Imaculada Conceição, com base no famoso Convento de Santo António do Rio de Janeiro, com responsabilidade sobre os conventos de Vitória, Santos, São Paulo, Penha de Vitória, Angra dos Reis e Itanhaém. Em Julho de 1675, a Custódia foi elevada à categoria de Província, com o nome de Província Franciscana da Imaculada Conceição³⁰. Em pouco tempo a ordem religiosa franciscana conseguiu prosperar nas terras coloniais envolvendo-se em algumas querelas com outras ordens religiosas nas disputas pelas missões.

No começo do século XVII os franciscanos assumiram aldeias no Rio de Janeiro que estavam sob a responsabilidade dos capuchinhos franceses. Concomitantemente, novas aldeias foram criadas na Bahia e na Amazônia, ampliando a actuação da assistência.

Tal como os jesuítas, as divergências dentro da ordem franciscana entre frades de filiação brasileira e portuguesa foram comuns na primeira metade do século XVIII. Aparadas as divergências internas, a actividade missionária e educativa prosseguiu. As disputas que envolveram os jesuítas e Francisco Xavier de Mendonça Furtado na segunda metade do século XVIII afectaram os Frades Franciscanos da Piedade. Estes, posicionando-se conforme os interesses jesuítas de ficarem com a tutela dos índios, foram também expulsos da região. Além disso, nem todos os religiosos estavam preparados para actuar nas missões religiosas por ignorarem as línguas indígenas, o que ocasionou críticas e acusações dos colonos.

A expulsão dos jesuítas fez que os religiosos Franciscanos se desenvolvessem nos estudos, ampliando a sua actuação junto aos colonos, o que permitiu uma difusão maior do franciscanismo. Os franciscanos já missionavam em aldeias e principalmente após a expulsão dos jesuítas actuaram na edu-

²⁹ No período posterior a 1647 foram criados conventos em: Macacu - Rio de Janeiro e Paraguaçu (1649), Vila Velha no Espírito Santo, Ilha Grande e Cairu (1650), Itanhaém (1655), Sergipe del Rei (1657), São Sebastião (1659).

³⁰ Nesta fase são fundados novos conventos em: Taubaté (1674), Cabo Frio (1684), Itu (1691), Ilha do Bom Jesus (1705).

cação, fornecendo cursos de primeiras letras e humanidades. Os registos dos franciscanos, mais escassos que de outros religiosos, revelam as mesmas preocupações das demais ordens, o crescimento da fé católica.

4. Carmelitas

Os primeiros carmelitas chegaram ao Brasil na década de 1580, vindos do Convento da ordem em Lisboa. O objectivo dos religiosos era o de estabelecer a ocupação na região da Paraíba, área constantemente invadida pelos corsários huguenotes³¹. A adversidade do clima fez que os religiosos aportassem na região de Pernambuco, fundando em 1583 o primeiro convento na cidade de Olinda, nas terras do Governador Jerónimo de Albuquerque.

Rapidamente os carmelitas se espalharam pelo território português da América; conforme os registos do período, actuavam na pregação e administração dos sacramentos para os colonos. Três anos mais tarde os carmelitas fundavam o seu convento em Salvador³², seguindo em direcção ao sul. Nos séculos seguintes outros conventos foram fundados em: 1589 – Santos (litoral de São Paulo); 1590 – Rio de Janeiro; 1593 – Angra dos Reis (litoral do Rio de Janeiro); 1594 – São Paulo; 1600 – São Cristóvão (Sergipe); 1608 – Paraíba; 1616 – São Luiz do Maranhão; 1624 – Belém do Pará; 1629 – Mogi das Cruzes (São Paulo); 1631 – Recife; 1636 – Goiana; 1647 – Alcântara (Maranhão); 1683 – Rio Real; 1685 – Vitória e em 1719 – Itú.

Nos idos de 1596 iniciaram o curso de teologia, precedido pelo de humanidades, respondendo à necessidade do número representativo de noviços. Contudo, na medida em que a ordem cresceu, em especial a dos carmelitas observantes, foram acusados de um enriquecimento demasiado, causando o esfriamento das práticas missionárias. Os problemas missionários, em alguns casos, ficaram restritos aos ministérios comuns³³. Esta circunstância em parte foi sendo revista, na medida em que os carmelitas descalços ou reformados começaram a actuar na catequização.

³¹ O vigário provincial do Convento de Lisboa, Frei João Caiado, escolheu os seguintes religiosos para a missão: Frei Bernardo Pimentel, Frei António Pinheiro, Frei Alberto de Santa Maria e Frei Domingos Freire.

³² Os responsáveis pela fundação foram: Frei Alberto de Santa Maria, Frei Belchior do Espírito Santo, Frei Bento da Visitação e Frei Damião Cordeiro.

³³ No pontificado de Gregório XIII, Santa Teresa de Ávila empreendeu a reforma da Ordem Carmelita, criando as regras para o ramo da ordem feminina. Na tarefa foi auxiliada por São João da Cruz, que fez a revisão das regras masculinas. Desde então, existem dois segmentos: os da Antiga Observância, e os Descalços (ou Reformados).

A prosperidade dos conventos gerou entre os religiosos da colónia o anseio pela criação de uma província autónoma. Em 1640 foi instituída a Província de Santo Elias, a qual foi suprimida em seguida pela acção do governo lusitano. Em contrapartida, houve a divisão dos conventos e casas religiosas pelo Estado do Brasil e Estado do Maranhão. O crescimento na região da vice-província do Estado do Brasil fez aparecer uma nova divisão. Em 1685 surgia a província do Rio de Janeiro e a da Bahia e Pernambuco.

No século XVIII a expansão dos carmelitas ocorre de forma mais acentuada na região norte, devido à Carta Régia das missões de 21 de Dezembro de 1684. A actividade na região do Rio Negro e afluentes, com diversas aldeias, foi significativa. Nas primeiras décadas do século XVIII já havia mais de quinze missões na região da bacia amazónica. A obra evangelizadora cresceu até ao início da segunda metade do século XVIII, entrando em declínio no final do século.

5. Mercedários

Os seguidores de São Pedro Nolasco, fundador da Ordem Mercedária, chegaram ao Brasil na primeira metade do século XVII. Naquele momento, os holandeses já haviam invadido e sido expulsos da Bahia (1624-1625), porém atormentavam os moradores do litoral do nordeste com ataques, tomando a região de Pernambuco (1634). Isto impedia que religiosos, tanto regulares como diocesanos, chegassem à região do Pará e do Maranhão para prestar assistência.

O Capitão Pedro Teixeira, verificando a necessidade de religiosos para a região, partiu pelo rio Amazonas à procura de sacerdotes. A expedição chegou a Quito, na América Espanhola, e retornou com os mercedários que chegaram no final de 1639³⁴. Ergueram em seguida um convento em Belém, passando posteriormente para São Luís do Maranhão, onde fundaram outra edificação.

A actuação dos mercedários, nas missões da região foi importante na catequização de índios na bacia do Rio Amazo-

³⁴ Os padres Juan de la Merced e Pedro de la Rúa Cime.

nas. O culto a São Raimundo Nonato difunde-se amplamente pelo Norte e Nordeste, chegando à região centro-sul no momento em que as minas de ouro eram exploradas em Minas Gerais. No século XVIII, o culto aos santos mercedários ganhava a região sul do território difundindo-se pela região de Mariana, Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, Diamantina, São João del-Rey, e outras localidades mineiras.

A grande teia da fé católica abraçava todo o território, dando uma unidade religiosa.

6. Capuchinhos

Os capuchinhos franceses chegaram ao Brasil em 1612, junto com a invasão francesa da região. Pelo registo de Frei Claude D'Abbeville, um dos religiosos da missão, que teve como superior o Frei Yves de Evreux, a expedição tinha uma *santa empresa*. No ano seguinte, fundaram em São Luís do Maranhão o primeiro convento, obtendo êxito na conversão dos índios tabajaras. As disputas entre portugueses e franceses pela região, no malogrado projecto da *França Equinocial*, fez que os últimos fossem expulsos um ano depois, sendo os capuchinhos obrigados a retornarem para França³⁵.

No início da década de quarenta, alguns capuchinhos feitos prisioneiros dos holandeses foram levados a Pernambuco, dando encaminhamento de forma tímida às actividades apostólicas. Com a expulsão dos holandeses (1654), a acção dos religiosos expandiu-se para sul e norte, principalmente no Ceará, Paraíba e Alagoas, visando atalhar a dispersão das ideias calvinistas. A relação política entre Portugal e França fez que o governo lusitano solicitasse a saída dos religiosos franceses. Concomitantemente, foi solicitada a vinda de capuchinhos italianos para actuarem no Brasil formando o primeiro Comissariato. Em 1705 os primeiros capuchinhos italianos chegaram.

A expansão seguiu com a fundação de conventos em Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro. Os capuchinhos, revelando espírito de pobreza e desapego material, conseguiram êxito entre os índios, como revelam os registos feitos pelos seus membros.

³⁵ Claude D'Abbeville, *História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

7. Lazaristas

³⁶ A primeira casa dos vicentinos em Paris era chamada de «Casa de Lazaro».

³⁷ Nos idos de 1770, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora, português, fundou na Serra do Caraça, no interior de Minas Gerais, um convento e uma irmandade sob protecção de Nossa Senhora Mãe dos Homens para os missionários Varatojanos, ligados ao Convento de Santo António de Varatojo, na região de Leiria, em Portugal. Ao morrer, em 1806, o Irmão Lourenço deixa o monarca D. João VI, como herdeiro e testamenteiro do Santuário, com a condição de que no local fosse instalada uma missão religiosa ou um seminário para que os meninos pudessem aprender as primeiras letras.

³⁸ Sobre os lazaristas, ver José Evangelista Souza, *Província Brasileira da Congregação da Missão: 180 Anos dos Lazaristas no Brasil*, Belo Horizonte, Santa Clara, 1999.

Os seguidores de São Vicente de Paulo, chamados de vicentinos ou congresso da missão ou, ainda, lazaristas³⁶, chegaram ao Brasil em 1820. Naquele momento, o cenário político conturbado já acenava para a possibilidade de independência da colónia brasileira. O monarca, por instrumento de Carta Régia de 31 de Janeiro de 1820 faz doação do Santuário em evocação a Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça à Congregação da Missão³⁷.

A ordem, recém-chegada com o objectivo de pregar missões ao povo simples, encontrou um cenário bem diferente daquele que os primeiros religiosos acharam no século XVI. Núcleos florescentes espalhavam-se e agora a corte portuguesa estava sediada no Rio de Janeiro. Todavia, a determinação do monarca em favor dos vicentinos incluía a ressalva que estes não se deveriam envolver em questões políticas. Os padres lazaristas Leandro Rabello Peixoto e António Ferreira Viçoso começaram a construir um colégio no Caraça que iniciou as suas actividades educativas em Janeiro de 1822³⁸, o qual receberia o apoio oficial de D. Pedro I e D. Pedro II durante o Império.

O domínio português findaria em 7 de Setembro de 1822, com o rompimento proclamado por D. Pedro. Se a autonomia política trilhava os seus primeiros passos, a questão da Igreja e das ordens religiosas ganharia outras nuances. Novas ordens chegariam ao Brasil, dando prosseguimento ao trabalho empreendido pelos primeiros na salvação das almas e expansão da fé.

Considerações Finais

A conversão do gentio foi uma das grandes justificativas para a actuação das ordens religiosas na conquista das terras. Porém, o legado destas não se restringiu somente à catequização. As ordens religiosas dedicaram-se à educação, ao teatro,

às artes, como elementos importante para a catequização, revelando um zelo apostólico e missionário.

A grande prova desta actuação são as construções de edifícios adequados às necessidades religiosas. Nas vilas, posteriormente cidades, muitas ordens ergueram capelas e igrejas, mosteiros, colégios e casas religiosas a fim de atenderem às necessidades espirituais dos colonos. Muitas das construções seguiram um planeamento básico, que privilegiava a organização e a regularidade das fachadas. As igrejas construídas pelas ordens revelam preciosidades da arte colonial, em especial do estilo barroco. Os ornamentos internos, em madeira entalhada, elaborados para os retábulos, demonstram a maestria com que muitos religiosos empreendiam os seus trabalhos. Padres pintores compunham as igrejas, com os tectos e altares das igrejas ricamente decorados com passagens da vida de Cristo e dos santos que pertenciam às ordens, verdadeiro património da mensagem da vida cristã no período colonial.

Os padres, ao realizarem mapas dos locais e das regiões onde actuavam, auxiliaram na consolidação dos trabalhos geográficos e cartográficos no Brasil. A região amazónica e seus afluentes tornaram-se bem conhecidos pelos estudos cartográficos que eles fizeram e foram publicados na Europa.

Contudo, o trabalho dos religiosos das diversas ordens teve como oposição a acção dos colonos movidos por interesses diversos. A meta destes era conseguir a mão-de-obra indígena para o trabalho agrícola, o que conduziu a conflitos comuns durante o período colonial. As ordens religiosas, cada uma a seu tempo, passaram por problemas, causando reorientações internas.

A perseguição aos jesuítas pelo Marquês de Pombal não causou problemas somente à Companhia de Jesus. As demais ordens foram afectadas pela perseguição empreendida. O facto é que no final do século XVIII as ordens atravessam dificuldades mediante os questionamentos das ideias iluministas e do próprio processo de transformação da sociedade.

Em suma, as ordens religiosas concretizaram os seus projectos. Elas foram responsáveis pela hegemonia da fé católica

num território tão extenso. Os missionários católicos destas ordens desenvolveram grande actividade de conversão e permitiram a difusão do catolicismo oficial nas missões e paróquias onde actuaram. A disposição e o cumprimento da vontade real fora feita, conforme Pero Vaz de Caminha aconselhara em 1500. O acrescentamento da Fé católica era uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, tomos 1 e 2. Porto/Lisboa, Civilização, 1970.
- Assunção, Paulo, *A terra dos brasis: a América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas*. São Paulo, Annablume, 2001.
- Azzi, Riolando, *A cristandade colonial: um projecto autoritário*. São Paulo, Paulinas, 1987.
- Azzi, Riolando (org.), *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- Barreto, Luís Filipe, *Os descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa, Gradiva, 1987.
- Boxer, C. R., *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Tradução de Maria Lucena Barros e Sá Conteiros. Lisboa, Ed. 70, 1981.
- Caminha, Pero Vaz, *A Certidão de nascimento do Brasil. A Carta do Descobrimento do Brasil*. São Paulo, Museu Paulista, 1975.
- Cardim SJ, Fernão, *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- Couto, Jorge, *A construção do Brasil*. Lisboa, Cosmos, 1998.
- D'Abbeville, Claude, *História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- Dias, José S. da Silva, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- Endres, Jose Lohr, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Província*. Salvador, Benedictina [s.d.].
- Holanda, Sérgio B., *Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial*, tomo I e II. São Paulo, Difel, 1976.
- _____, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- Hoornaert, Eduardo, *Formação do catolicismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- Hoornaert, Eduardo, et al., *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes/Paulinas, 1985.
- Leite SJ, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vols. I e II. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/INL, 1938-1949.
- _____, *Carta dos primeiros Jesuítas do Brasil*, vols. I a IV. São Paulo/Comissão do IV Centenário, 1954.
- Novais, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- Orlandi, Eni P., *Terra à vista*. São Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp, 1990.
- Rocha, Dom Paulo, et al., *400 anos do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador, M.S.B. BA / Construtora Norberto Odebrecht S.A., [1982].

Rodrigues, José Honório, *História da história do Brasil: 1ª parte - historiografia colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

Rubert, Arlindo, *A Igreja no Brasil - origem e desenvolvimento (século XVI)*. Santa Maria, Pallotti, 1981.

Ruggiero, Romano, *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*. São Paulo, Perspectiva, 1989.

Soledade, Fr. Fernando da, *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal, I*. Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão, 1721.

Souza, José Evangelista, *Província Brasileira da Congregação da Missão: 180 Anos dos Lazaristas no Brasil*. Belo Horizonte, Santa Clara, 1999.

Taunay, Afonso, de *Historia Antiga da Abadia de São Paulo (1598-1772)*. São Paulo, Tipografia Ideal, 1927.

Torres, João Camilo Oliveira, *História das ideias religiosas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1968.

Documentos Interessantes XLVIII. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1929.

Os Beneditinos na Bahia 1581-1947. Salvador, Tipografia Beneditina, 1947.